



PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para vedar o condicionamento da concessão do crédito rural à aquisição de outros produtos ou serviços financeiros, ressalvados aqueles destinados à mitigação de riscos inerentes à atividade rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 37-A. É vedado às instituições financeiras, públicas ou privadas, condicionar a concessão de crédito rural, em qualquer de suas modalidades, à aquisição de outros produtos ou serviços financeiros, tais como:

I – títulos de capitalização;

II – consórcios;

III – aplicações financeiras de qualquer natureza;

IV – fundos de investimento;

V – certificados de depósito bancário (CDB);

VI – planos de previdência privada;

VII – depósitos em caderneta de poupança;

VIII – seguros de vida;

IX – seguros prestamistas;

X – seguros residenciais;



XI – cotas de participação ou inclusão em cooperativas ou outras entidades;

XII – cartões de crédito; e

XIII – serviços de débito automático.

§ 1º Excetuam-se da vedação prevista no caput deste artigo os produtos ou serviços destinados exclusivamente à mitigação de risco de crédito, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 25 desta Lei e as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º É proibida a concessão de descontos, reduções de juros ou quaisquer benefícios financeiros no crédito rural condicionados à aquisição de outros produtos ou serviços financeiros, ressalvados aqueles previstos no § 1º deste artigo.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará a instituição financeira às sanções previstas na legislação aplicável, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição ora apresentada visa reforçar a proteção dos produtores rurais no processo de contratação do crédito rural, mediante vedação expressa à prática de venda casada, ou seja, ao condicionamento da concessão do crédito à aquisição de produtos ou serviços financeiros que não guardem relação direta com a finalidade da operação creditícia.

A prática de vincular a liberação do crédito rural à contratação de títulos de capitalização, consórcios, aplicações



financeiras, seguros diversos ou qualquer outro produto bancário representa não apenas uma distorção na alocação dos recursos destinados ao financiamento da atividade agropecuária, mas também uma afronta ao princípio da livre escolha do contratante e à boa-fé nas relações contratuais.

Embora o art. 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) já proíba a prática de condicionar o fornecimento de um produto ou serviço à aquisição de outro, a experiência mostra que a aplicação genérica dessa norma tem sido insuficiente para coibir práticas abusivas no âmbito do crédito rural. A especificação dessa vedação no marco legal que rege o crédito rural — a Lei nº 4.829, de 1965 — se impõe como medida necessária para garantir maior segurança jurídica aos produtores e fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização das instituições financeiras que operam com recursos rurais.

A proposição também se alinha às diretrizes do Conselho Monetário Nacional, que veda expressamente a exigência de reciprocidade bancária como condição para a concessão do crédito rural, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.883, de 2020. Entretanto, a recorrência de denúncias e relatos sobre a imposição de contrapartidas indevidas por parte de agentes financeiros demonstra a urgência de se estabelecer comando legal mais preciso, objetivo e dotado de sanção.

O projeto, contudo, preserva a possibilidade de contratação de instrumentos destinados à mitigação dos riscos inerentes à atividade agropecuária, como o Proagro e o seguro agrícola, desde que observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e os limites definidos no art. 25 da Lei nº 4.829, de 1965. Tais instrumentos são fundamentais para a sustentabilidade do crédito rural e, portanto, devem permanecer



autorizados, desde que justificados tecnicamente e ofertados de forma transparente.

Por fim, a proposta busca inibir práticas que distorcem a função do crédito rural como política pública de fomento à produção agropecuária, ao mesmo tempo em que reforça os direitos dos produtores e promove a transparência e a equidade nas operações financeiras do setor.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta importante iniciativa legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

